



Documento Assinado Digitalmente por: CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA, MARIA AMALIA SILVA DO EGITO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c021d418-4429-42cf-9628-8e71124005f3



ITEM – 27

Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Saúde.



ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2015)

SISIÓN ADÓ:S - EL INDO MINICIBAI DE SAÍDE

ATIVO		Exercício Atual	Exercício Anterior	
ESPECIFICAÇÃO				
ATIVO CIRCULANTE				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	270.999,37	21.144,84		2.148.607,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	181.962,69	21.144,84		1.381.359,5
CONTA ÚNICA	181.962,69	21.144,84		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	181.962,69	21.144,84		
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	89.036,68	0,00		
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS	89.036,68	0,00		
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
IMOBILIZADO				
BENS MÓVEIS	807.919,59	667.085,04		
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	372.642,45	361.492,45		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	12.913,22	12.913,22		
VEÍCULOS	287.801,74	280.223,74		
DEMAIS BENS MÓVEIS	56.538,00	56.538,00		
DEMAIS BENS IMÓVEIS	15.389,49	11.817,49		
BENS IMÓVEIS	435.277,14	305.592,59		
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	129.684,55	0,00		
BENEFITÓRIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	6.800,00	6.800,00		
DEMAIS BENS IMÓVEIS	298.792,59	298.792,59		
TOTAL	1.078.918,96	688.229,88		
PASSIVO CIRCULANTE				
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	1.471.971,81			
PESSOAL A PAGAR	477.642,62			
PESOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	59.763,17			
PESOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	417.879,45			
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	994.329,19			
INSS A PAGAR	980.037,55			
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	1.741,37			
OUTRAS ENCARGOS SOCIAIS	12.740,27			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	359.886,28			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	359.886,28			
FORNECEDORES NACIONAIS	357.336,06			
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	2.520,22			
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	316.779,18			
VALORES RESTITUTIVOS	316.779,18			
CONSIGNAÇÕES	236.936,56			
OUTROS VALORES RESTITUTIVOS	79.842,62			
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	94.144,85			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	94.144,85			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	94.144,85			
FORNECEDORES NACIONAIS	94.144,85			
TOTAL PASSIVO	2.242.752,12			1.381.359,5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Exercício Atual	Exercício Anterior	
ESPECIFICAÇÃO				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.163.833,16			
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00			
PATRIMÔNIO SOCIAL	0,00			
PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00			
RESULTADOS ACUMULADOS	-1.163.833,16			
SUPERÁVITS OU déficits ACUMULADOS	-1.163.833,16			
SUPERÁVITS OU déficits DO EXERCÍCIO	-470.703,54			
SUPERÁVITS OU déficits DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-893.129,62			
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	200.000,00			
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.163.833,16			1.381.359,5
TOTAL	1.078.918,96			688.229,88

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	Balanço Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO FINANCEIRO	181.962,69	21.144,84	PASSIVO FINANCEIRO (2.148.607,27)+ Restos não Processados(0,00)	2.148.607,27
ATIVO PERMANENTE	896.956,27	667.085,04	PASSIVO PERMANENTE	94.144,85
			SALDO PATRIMONIAL	0,00
				-893.129,62

ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo II) Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo II) Passivo



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELEM DE MARIA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO (31/12/2015)

NOTA EXPLICATIVA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELEM DE MARIA (PE)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO DE 2015

APRESENTAÇÃO DO ÓRGÃO

A autonomia de gestão através do Fundo Municipal de Saúde representa autonomia em relação a outros gestores da saúde como regulamentada no SUS e facilita o desenvolvimento das ações de saúde conforme as demandas específicas do setor. Isto traz como consequência a necessidade do gestor dominar as questões administrativas e as implicações jurídicas da municipalidade.

A missão da Secretaria Municipal de Saúde é melhorar a qualidade de vida da população, através da formulação de políticas públicas que assegurem a implantação e desenvolvimento de ações e serviços de acordo com as necessidades da população, com respeito aos princípios do Sistema Único de Saúde e com a garantia da participação da comunidade..

DIRETRIZES CONTÁBEIS

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Fundo Municipal de Saúde vem adequando-se gradativamente para atender as exigências da Secretaria do Tesouro Nacional.

Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis do FMS, foram elaborados em consonância com a Lei 4.320/64 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atendendo às exigências da STN e do Tribunal de Contas do Estado, respeitados os conceituais formais e aspectos formais e



ANEXO 12- BALANÇO PATRIMONIAL DE BELEM DE MARIA

DEZEMBRO(31/12/2015)

NOTA EXPLICATIVA

POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Órgão estão passando por grandes transformações com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Dessa forma, e com base nas orientações do MCASP, as seguintes alterações nas Políticas Contábeis foram adotadas para geração das Demonstrações Contábeis no exercício:

- Apropriação das Variações Patrimoniais Diminutivas após a liquidação da despesa, ou seja, as despesas não liquidadas não mais compõem o Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
- Restos a Pagar Não Processados do exercício atual foram excluídos do quadro principal do Balanço Patrimonial;

CRITÉRIOS CONTÁBEIS

A contabilização das variações patrimoniais, é feita no sistema Fiorilli S/C LTDA Software, permitindo que sejam abrangidos os atos e fatos relativos à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, bem como os Independentes da Execução Orçamentária.

As receitas e despesas dependentes e independentes da execução orçamentária foram escrituradas pelo método das partidas dobradas, para correlacionar da receita efetivamente arrecadada bem como da despesa efetivamente realizada.

O Regime Contábil utilizado foi o regime Misto, sendo Regime de Caixa para o Registro das Receitas e o de Competência para as Despesas.

Com relação à avaliação do Ativo, o FMS vem estudando a situação dos bens sob o seu poder e guarda, traçando as diretrizes para que em 2016, os mesmos possam ser reajustados a valor justo, e posteriormente, dar inicio ao processo de depreciação dos mesmos.



As Disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensurados pelo valor original, em moeda nacional.

Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades. São mensurados pelo valor de aquisição e o método utilizado para mensuração e avaliação das saídas do estoque é o custo médio ponderado.

O Ativo Imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, e em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é obtido com base no valor patrimonial definido nos termos da doação, cu na falta deste, em avaliação de valor justo de mercado.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Objetivando facilitar a interpretação das Demonstrações Contábeis, as Notas Explanatórias relativas a cada uma delas serão apresentadas da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL

Critérios contábeis adotados para o Balanço Patrimonial

Aspectos Gerais.



NOTA EXPLICATIVA

a) O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 da Lei 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

b) Pode-se usar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

a) Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

b) Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c) Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

d) Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Critérios contábeis de Mensuração dos Ativos

a) Ativo Circulante – O ativo circulante está demonstrado pelo seu valor de realização. Assim devem satisfazer os seguintes critérios:

- Estão disponíveis para realização imediata;
- Têm a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

b) Ativo não Circulante – Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

c) Durante o exercício em foco foram incorporados ao patrimônio os bens móveis adquiridos no exercício

Critérios Contábeis de Mensuração dos Passivos.

a) Passivo circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis, sendo dividido da seguinte forma:

- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreende as obrigações referentes a salários ou



NOTA EXPLICATIVA

remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

- **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo** – Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos em até doze meses
- **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** – Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.
- **Obrigações Fiscais a Curto Prazo** – Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento em até doze meses.
- **Demais Obrigações a Curto Prazo** – Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.
- **Provisões a Curto Prazo** – Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável em até doze meses.
- **Passivo Não Circulante** – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, sendo composto pelos seguintes grupos de contas:
 - **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo** – Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.
 - **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo** – Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos após doze meses da data das demonstrações contábeis.
 - **Fornecedores a Longo Prazo** – Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.



NOTA EXPLICATIVA

- **Obrigações Fiscais a Longo Prazo** – Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis.
- **Demais Obrigações a Longo Prazo** – Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.
- **Provisões a Longo Prazo** – Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável após doze meses da data das demonstrações contábeis
- **Resultado Diferido** – Compreende o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008, composto de variação patrimonial aumentativa (VPA) diferida e o respectivo custo diferido.
- **c) Patrimônio Líquido** – Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto. Seguem as definições:
 - **Patrimônio Social e Capital Social** – Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.
 - **Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital** – Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.
 - **Reservas de Capital** – Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).
- **Ajustes de Avaliação Patrimonial** – Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.
- **Reservas de Lucros** – Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.
- **Demais Reservas** – Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.



ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DE SÁ DE MARIA DE BELEM DE MARIA

DEZEMBRO(31/12/2015)

NOTA EXPLICATIVA

- Resultados Acumulados** – Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquido das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.
- Ações / Cotas em Tesouraria** – Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Análise do Balanço Patrimonial.

a) Comparativo do Balanço Patrimonial apurado em 2015, com o exercício anterior:

Balanço Patrimonial		Exercício Anterior		Exercício Atual	
		2014	%	2015	%
ATIVO					%
Ativo Circulante		21.144,84	3,07%	270.999,37	25,12%
Ativo não Circulante		667.085,04	96,93%	807.919,59	74,88%
Total		688.229,88	100,00%	1.078.918,96	100,00%
PASSIVO					
Passivo Circulante		1.381.359,50	100,00%	2.148.607,27	95,80%
Passivo não Circulante		0,00	0,00%	94.144,85	4,20%
Total		1.381.359,50	100,00%	2.242.752,12	100,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Resultados Acumulados		-693.129,62	100,00%	-1.163.833,16	100,00%
Lucros e Prejuízos Acumulados		0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total		-693.129,62	100,00%	-1.163.833,16	100,00%



ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2015)

NOTA EXPLICATIVA

b) No Ativo Circulante há o registro de "Outros créditos a receber e valores de curto prazo" no montante de R\$ 89.036,68 que corresponde ao reconhecimento do ente receptor (FMS) deve reconhecer o direito a receber relativo às Transferências Constitucionais e Legais no sistema de contas Patrimonial no momento da arrecadação pelo ente transferidor, ou seja não houve o repasse integral dos recursos Federais (PAB, PACS, PSF, Saúde Bucal, dentro outros) para o Fundo de Saúde sendo reconhecido a diferença deste repasse no balanço.

c) O imobilizado teve um crescimento real de R\$ 140.834,55 o que corresponde 21,11% o total de aumento do Imobilizado sobre o total de Ativo;

d) Não houve, no exercício, reavaliação e/ou depreciação dos bens do Ativo Imobilizado, o que ocorrerá ao final do exercício de 2016, observando-se o que dispõe o art. 106 da Lei 4320/68.

e) O ativo total houve um aumento em comparação com o exercício anterior de 70,45%. Isto se verifica no aumento do saldo financeiro da entidade, bem como aumento do Imobilizado, com aquisição de equipamentos, reconhecimento de direitos a receber do órgão transferidor, bem como o reconhecimento de valores a receber de pagamentos indevidos ainda sob apuração judicial.

f) No Passivo Circulante, o valor de R\$ 316.779,18 (trezentos e dezesseis mil, setecentos e setenta e nove reais e dezoito centavos), registrado como "Demais Obrigações a Curto Prazo" refere-se ao saldo das Contas Extraorçamentárias, isto é, valores que foram descontados/consignados em folhas, faturas de serviços e não recolhidos no exercício ou exercício anterior. Tais valores podem ser encontrados na Demonstração da Dívida Flutuante do Órgão.

g) houve restos a pagar processados no exercício e de exercícios anteriores. O valor registrado a pagar corresponde ao registro no montante de R\$ 1.831.828,09.

h) Também existe o registro de fornecedores e contas a pagar no valor de R\$ 94.144,85. A execução da despesa do município, no exercício de 2015, em determinadas despesas, não atenderam aos requisitos previstos na referida Lei 4.320/64. Existiram despesas sem o prévio empenho e atesto que comprove a execução e fornecimento do bem ou serviço contratado. As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.4 Transações no Setor Público) e outros atos normativos que dispõem sobre a contabilidade geral e pública, depreende que ocorrendo o fato gerador de uma despesa, mesmo nos casos sem dotação no orçamento, a contabilidade deverá registrá-la.

i) há de se constar que foi deflagrado a Operação Pulverização pela GAEKO (Grupo de Atuação Contra o Crime Organizado do MPPE) no município o qual esta entidade possa ter sofrido impactos. O reconhecimento será realizado no balanço consolidado da Entidade.